

5

O Movimento República do Pequeno Vendedor: História, estrutura e organização no atendimento aos meninos de rua

Neste capítulo, usando a fala dos entrevistados, analisamos as condições de surgimento, a estrutura e organização do Movimento República do Pequeno Vendedor, evidenciando sua natureza como movimento social, suas diretrizes e suas linhas de ação no trabalho com meninos de rua. Para evidenciar porque a República se enquadra na categoria movimento social, achamos por bem apresentar o que são os movimentos sociais, assim como, abordar a história do surgimento da República.

5.1

A trajetória do Movimento República do Pequeno Vendedor

O Movimento República de Pequeno Vendedor surgiu na sociedade paraense na década de 1970 em Belém do Pará, mas precisamente no Ver-o-Peso, que é considerado o maior cartão postal de Belém, inicialmente ligado à Igreja Católica - congregação Salesiana – que, no início, dava apoio a um grupo de meninos que vendia sacolas no Mercado do Ver-o-Peso e suas famílias.

É um movimento que já atua a 40 anos, desenvolvendo atividades com crianças, adolescentes e famílias pobres marginalizadas da Cidade de Belém, atingindo indiretamente outros grupos sociais. Nos seus quarenta anos de existência, a República do Pequeno Vendedor, popularmente conhecida na cidade de Belém por Movimento de Emaús, se expandiu de tal forma que passou a promover quatro importantes frentes de trabalhos, denominadas “expressões”: a República do Pequeno Vendedor – célula mãe -, a Campanha de Emaús, a Cidade de Emaús e o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA).

“Cada frente de trabalho possui projetos próprios, com ações específicas. No começo do movimento, em 1970, eram atendidos 100 jovens. Hoje esse número se expandiu bastante, passando a receber apoio de organismos internacionais e dos governos Federal e Estadual para poder dar conta da demanda de atendimento” (Padre Bruno Secch / Fundador da RPV).

Ao longo desse tempo de atuação, o Movimento República do Pequeno Vendedor, como um movimento da sociedade civil, vem consolidando suas ações articuladas com o poder público, com organismos nacionais e internacionais, com a finalidade de dá possíveis resposta às necessidades vivenciada pelas crianças e adolescente de rua em Belém.

As pesquisas sobre a atuação da sociedade civil organizada (ALVARENGA, 1991; GOHN 1995 e COSTA, 1997) dizem que as décadas de 60 e 70 constituíram-se em um momento difícil da organização da sociedade brasileira, já que o regime militar, que vigorava naquele momento, abafou práticas da sociedade civil. Mesmo assim, diante desse contexto, grupos de pessoas organizam-se em movimentos sociais com objetivo de lutar contra a ditadura militar e pela defesa dos direitos humanos e a busca da cidadania das pessoas violentadas e desassistidas pelo regime. É neste momento que surgem na década de 70, as primeiras entidades de atendimento a população carente, criadas por organizações da sociedade civil que desenvolvem ações e serviços nas áreas de saúde, educação, trabalho e lazer. Apresentando um caráter muitas vezes considerado supletivo ou de critica as políticas de atendimento do Estado, essas entidades representaram e representam um marco na trajetória da luta em defesa da garantia dos direitos humanos, em particular de crianças e adolescentes.

Em Belém, nesta década, surgiu o trabalho do Movimento República do Pequeno Vendedor a partir de uma perspectiva de trabalho eclesial. Suas atividades tiveram início através de um grupo de jovens ligados a Escola Salesiana do Trabalho, que partindo de reflexões sobre a população carente de Belém, passaram a desenvolver atividades com crianças e adolescentes trabalhadores de rua, inspirando-se na doutrina salesiana criada por D. Bosco.

A ação do movimento buscou a partir da situação vivenciada pelos pequenos trabalhadores de rua, constituir-se em um espaço onde todos deveriam participar. Assim, o movimento, através de uma pratica social inovadora para época e procurando dar respostas a situação de carência das crianças e adolescentes trabalhadores de rua, organizou projetos e ações que se mostraram, naquele momento e ainda hoje, bastante representativo para vida dos meninos de rua.

Segundo Britto e Lamarão (2005), ao introduzir a problemática dos “meninos de Rua”, o MRPV deu “partida” para a transição ideológica dos

chamados “menores” enquadrados em “situação irregular”, destinatários passivos das medidas assistencialistas e repressoras do Estado, para a condição do “pequenos cidadãos”, o que foi o reconhecimento expresso da criança e do adolescente como sujeito de direitos.

Buscando uma ação direta e regular com esse segmento da população, a primeira ação da República foi criar um restaurante que serviu de elemento de atração para aproximação dos meninos de rua. Passou-se a promover a partir desse atrativo, atividades e discussões sobre os problemas vivenciados pelos meninos no cotidiano da rua, desenvolvendo um espaço onde os próprios meninos podiam discutir problemas de seus interesses e do segmento social a qual faziam parte;

“Com a aproximação fortalecida e a identificação dos problemas, interesses e necessidades que faziam parte da vida desses pequenos trabalhadores, o MRPV passou a congregiar suas atividades em duas: o restaurante e a formação de grupos de base” (Maria dos Reis- educadora/coordenadora pedagógica-, na RPV desde 1984).

Tendo como base o restaurante, no qual o contato direto com as crianças e adolescentes possibilitava encontros e reuniões em que se discutiam os problemas do grupo, a República do Pequeno Vendedor, sempre buscou dar sentido de que ela havia sido criada para que os meninos de rua, que dela participavam, para que se sentissem co-participante de todas as suas ações, o que contribuiu para o sentimento de co-responsabilidade de todos os meninos envolvidos.

Através dessas ações, o trabalho desenvolvido pelo MRPV converteu-se de uma crítica em ato, uma vez que a filosofia implícita na ação sempre foi construir junto com os meninos e não somente para os meninos, estabelecendo uma relação de envolvimento do educador no espaço onde os meninos estavam, qual seja, a rua com todos os seus aspectos contraditórios.

A República tornou-se um espaço difusor dos problemas enfrentados pelos meninos na sociedade paraense, assim como, um espaço de organização dos mesmos, passando a estruturar “núcleos de trabalho”, cuja metodologia priorizava a participação de todos, de modo a conduzi-los a um processo de visão crítica de seu trabalho cotidiano e de sua vida na rua. Tal atividade possibilitou novas formas de atração que propiciaram a colocação dos meninos no mercado de trabalho, assim como, a criação do Projeto Operário Autônomo- POA, hoje

chamado Centro de Promoção para o Trabalho, que “objetivava naquela época e ainda hoje, a formação profissional dos meninos de rua que apresentassem potenciais para assumir seu próprio negócio, através do trabalho especializado em oficinas de eletroeletrônica, refrigeração, eletrodoméstico, entre outras. A filosofia dos “núcleos de trabalho” consistia na estruturação de um trabalho cooperativo, na construção de consciência de sua situação de rua e formação profissional do grupo.

O trabalho expandiu-se bastante na década de 1980 e o MRPV ganhou através da convivência e do trabalho com esse segmento da população, uma rica experiência no trato dos problemas sociais que envolviam meninos de rua, o que o tornou conhecido no Brasil todo. Primeiramente, através do Programa Fantástico (03/04/1982), Globo Reporter (07/09/1984) e Criança Esperança (1986) todos da Rede Globo de Televisão, e depois através da troca de experiências com as várias instituições, entidades, ONGs, movimentos sociais e casas de recuperação de menores do Brasil todo que mandavam seus educadores e técnicos para virem conhecer e fazer estágio na República do Pequeno Vendedor, além dos inúmeros semitágios que aconteceram em Belém, financiados pelo UNICEF, pela FUNABEM e pela Secretária de Assistência Social da Presidência da República.

Por isso, a década de 1980 é marcada por mudanças significativas em vários âmbitos dos movimentos sociais que trabalhavam em defesa da criança marginalizada e dos demais movimentos sociais e de trabalhadores, acirrando-se assim, as reivindicações pela “abertura política“ já que a realidade brasileira apontava para uma dura constatação: milhares de crianças e adolescentes vivenciavam uma situação em que a rua tornava-se seu espaço de sobrevivência e até mesmo de moradia. Tal situação mostrou uma flagrante da negação dos direitos das crianças pobres em nosso país. Portanto, era preciso fazer alguma coisa no sentido de rever as práticas de atendimento até então desenvolvidas pelo Estado brasileiro, começando-se assim a discussão a respeito da mudança na legislação vigente sobre o menor e um processo que difusão em defesa, do mais tarde se constituiria, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Concomitantemente a esse processo de discussão, foi criado, sobre a coordenação da República do pequeno Vendedor, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, movimento esse que consolidou a discussão em defesa de uma nova lei para as crianças e adolescente do Brasil.

“então na década de 70 nós já tínhamos um projeto político pedagógico mais estruturado, mais refletido, a luz de Paulo Freire, a luz dos novos movimentos que inseriam-nos no processo de mudança social de todos os segmentos da sociedade inclusive as crianças, nesse sentido a República foi a pioneira. Na década de 80 a República vai expandindo, surgiu novas políticas de trabalho, novas expressões e também ela começa ser conhecida nacionalmente o projeto de alternativa comunitária inclusive vai usar muito da experiência da República. Eram 5 entidades, foram 5 entidades chamadas para desenvolver esse projeto e a idéia dos organizadores desse evento era uma e nós acabamos virando a mesa, nós queríamos que esse projeto tivesse como foco a possibilidade de estabelecer um intercambio entre todos aqueles que trabalhavam pelo Brasil a fora com crianças e adolescente, daí criamos o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua” (Padre Bruno Secch / Fundador da RPV);

“foi uns dos primeiros movimentos que se preocupou com as crianças de rua, por isso ficou conhecido nacionalmente e essa caminhada do movimento levou a criar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que levou a discussão do ECA, então o estatuto da criança e adolescente em grande parte teve a experiência da República do Pequeno Vendedor” (Ana Maria Orlandina Tancredi de Carvalho / Sócio colaboradora desde 1980).

Percebendo os vários aspectos que envolviam as práticas de atendimento aos meninos de rua e a necessidade de modificação no aparato legal institucional baseado na categoria estigmatizante do Código de Menores, o MRPV a partir de 1983 passou a preocupar-se com a garantia dos direitos e a promoção e defesa do direito de criança e adolescente, compreendidos no sentido da lei. Em sendo assim, o Movimento República do Pequeno Vendedor assumiu o protagonismo da defesa dos direitos dos meninos de rua articulando uma rede nacional através do Fórum Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescente – FÓRUM DCA.

5.2 A República como Movimento Social

Movimento social é uma expressão usada para denominar tecnicamente a organização e movimentos feitos por pessoas e pela sociedade (SANTOS, 2004: 17). A categoria é ampla e pode congrega, dependendo dos critérios de análise empregados, organizações voltadas para a promoção de interesses morais, éticos, políticos, ideológicos, entre outros. A realidade dos movimentos sociais é

bastante dinâmica e nem sempre as teorizações têm acompanhado esse dinamismo dos diversos movimentos sociais: associação de demoradores, movimentos em defesa da vida, em defesa dos direitos humanos e no caso da República do Pequeno Vendedor, em defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Apesar dos movimentos sociais serem frutos de determinados contextos históricos e sociais, duas definições conceituais clássicas são as mais comumente aceitas. A primeira delas (1974) é a de controle de ação histórica de Alain Touraine, ou seja, para ele, os movimentos sociais são as ações conflitantes dos agentes das classes sociais ou da luta de classes. A segunda, de Manuel Castells(1977), diz que movimentos sociais são sistemas de práticas sociais contraditórios de acordo com a ordem social urbana/rural, cuja natureza é a de transformar a estrutura do sistema, seja através de ações revolucionárias ou não.

A República do Pequeno Vendedor, por sua vez, enquadra-se na *definição* de Castells, já que sua ação está voltada, segundo seu estatuto, Art. 3º, item I, para “*atuar diretamente, através de um processo de educação informal, junto a crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco social, particularmente às que vivem na rua e as que sofrem qualquer tipo de violência decorrente da ação ou omissão da sociedade, do Estado ou da família*” para *transformação de sua vida e da sociedade*”(p.1).

Gohn (1995, p. 44) vai além das duas definições acima apresentadas,

dizendo que movimentos sociais;

são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Neste sentido, os movimentos sociais desenvolvem ações particularizadas relacionadas às dimensões da identidade humana, deslocada das condições socioeconômicas predominantes, de modo que suas práticas se diferenciam das

relações sociais capitalistas. Ou seja, se voltam para a transformação das atuais formas de dominação política e econômica, no sentido da construção de uma sociedade baseada na organização coletiva e no desenvolvimento das potencialidades humanas na direção não-capitalista.

Segundo Scherer-Warren (1996), os “novos” movimentos sociais almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (entendido como o governo) e sociedade civil (campo da organização social) bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados.

Na óptica de Touraine (1977; 1989), movimentos sociais podem ser definidos como ações coletivas associadas à luta por interesses, associados à organização social, a mudanças na esfera social e cultural. Evidentemente, essa mobilização é realizada contra um opositor, que resiste. Na compreensão de Gohn (1997) e Touraine (1989), movimentos sociais são frutos de uma vontade coletiva; eles falam de si próprio como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios. Suas lutas não são elementos de recusa marginais à ordem, mas ao contrário, de reposição da ordem.

Para Gohn (1995, p. 42), movimentos sociais constituem-se em “*ações coletivas propositivas as quais resultam, na vitória ou no fracasso, em transformações nos valores e instituições da sociedade*”.

Tarrow (1994) diz que os movimentos sociais surgem como expansão da atividade política a partir do século XIX, defendendo interesses próprios, a fim de provocar mudanças institucionais, utilizando-se de formas de organização e atuação não-convencionais;

Observa-se que as mobilizações na esfera pública são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo (SANTOS, 2004:27).

Os Movimentos Sociais, em sentido mais amplo, se constituem em torno de uma identidade ou identificação que, no caso da República do Pequeno Vendedor, são as crianças e os adolescentes em situação de risco, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou programa, num contínuo processo em construção e resulta de múltiplas articulações, tais como: a formação de redes, a luta por igualdade social, por direitos humanos e por melhoria na qualidade de vida. São essas referências que buscam apreender com os sujeitos/ atores coletivos que fazem parte dos movimentos sociais, possibilitando suas múltiplas formas de atuação em termos de participação para a elaboração de políticas públicas, principalmente para atender os segmentos que defendem.

Neste sentido, todo movimento social tem duas vertentes: a vertente utópica onde o ator se identifica com os direitos do sujeito e a vertente ideológica onde ele se concentra na luta contra um adversário social. A República do Pequeno Vendedor, desde seu surgimento, sempre assumiu as duas vertentes, a utópica e a ideológica. A utópica, porque acredita que é possível políticas públicas que eliminem com a condição de pobreza da população e, conseqüentemente, com a situação das crianças de rua. A ideológica, por que seus educadores defendem uma postura mais crítica em relação ao papel que o Estado brasileiro desempenha ou não desempenha em relação á saída das crianças das ruas, observamos isso na fala dos nossos entrevistados;

“O outro principio fundamental além de ele se perceber como sujeito de direitos, é ele se organizar, participar da organização, ter grupos organizados para ver formas alternativas de intervenção na sua própria comunidade para mudança da própria vida, da sua própria qualidade de vida ”(. Graça Trapasso - (fundadora / atual coordenadora);

“Acho que até hoje a Republica continua sendo uma experiência crítica com relação ao que deveria ser feito de fato com essas crianças” (Marisa do Socorro Ribeiro Pinheiro / Ex - Assistente Social da RPV);

“É basicamente uma ação de intervenção para a mudança social, então o principio é da dignidade humana, da valorização da pessoa humana em uma relação a igualdade, São os princípios que dizem que nós todos somos iguais e que precisamos ter as mesmas oportunidades” (Maria dos Reis-educadora/coordenadora pedagógica, entrou na RPV em 1984);

Podemos dizer que a República é um movimento social urbano, já que luta por uma questão que tem sido um dos grandes problemas urbanos nos últimos vinte anos, a crianças de rua.

“O movimento faz o trabalho que o governo deveria fazer, por que essas crianças muitas vezes estão à deriva por falta de condições materiais e não tem quem as acolha, então elas ficam o dia inteiro na rua e quem vai, pelo menos, saber o que está acontecendo. Eu acho fundamental um projeto educativo de maior relevância e que ele realmente conceda as políticas públicas para todas as crianças que estão em situação de risco como as crianças atendidas pelo movimento”
(Ana Maria Orlandina Tancredi de Carvalho / Sócio colaboradora desde 1980).

Essa característica da República é reforçada por Castells (1974) quando diz que movimentos sociais urbanos são sistemas de práticas sociais contraditórias, isto é, que controvertem a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana. Sendo que a problemática urbana abrange as questões de moradia, saúde, cultura e menos de rua, entre outras. A transformação estrutural dos sistemas não é, para ele, uma condição para que um movimento social se caracterize como tal, mais sim, sua prática de transformação das condições sociais em que vivem os diversos sujeitos sociais marginalizados, criando ações para que essas transformações de fato se efetivem como sempre fez a República, já que;

“foi uns dos primeiros movimentos que se preocupou com as crianças de rua, por isso ficou conhecido nacionalmente e essa caminhada do movimento levou a criar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que levou a discussão do ECA, então o estatuto da criança e adolescente em grande parte teve a experiência da República do Pequeno Vendedor” (Ana Maria Orlandina Tancredi de Carvalho / Sócio colaboradora desde 1980).

Por isso, podemos entender a República como um movimento social que cria redes de articulação e práticas que resultam em suportes na estrutura urbana e na estrutura social, e de natureza tal, que seu desenvolvimento tende objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da correlação de forças na luta de classes, ou seja, em última instância, no poder do Estado."

Já para Alain Touraine, os "movimentos sociais são as ações conflitantes de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de ação histórica". Sendo ação histórica um conceito que representa o conjunto de influências da história sobre a prática social, sobre a produção da sociedade por si mesma. Para um movimento se caracterizar como social é necessário que ele esteja identificado com os problemas sociais e lute para dar solução aos mesmos.

A sociedade hoje está organizada em redes: redes inter-organizacionais e redes de movimentos e de formação de parcerias entre as esferas públicas privadas e estatais, criando novos espaços de gestão com o crescimento da participação cidadã. Essa é a nova utopia do ativismo: mudanças com engajamento com as causas sociais dos excluídos e discriminados e com defesa da democracia na diversidade.

No Brasil, a partir do processo de abertura política, as ONGs e os movimentos sociais se viram num impasse, já que muitas delas serviam de apoio, ou mesmo sustentação formal, para a continuidade da ação política durante a ditadura militar. Começa então a abertura de caminhos para a afirmação de sua identidade, concebida como um fenômeno institucional específico, com características próprias e autônomas em relação a outros atores sociais. Ressaltam sua condição à serviço dos movimentos populares, portanto, com um papel historicamente dado desde o início de sua atuação, mudando ou não conforme a dinâmica social e a dos próprios movimentos.

A contribuição da República do Pequeno Vendedor para a democratização do atendimento aos meninos de rua certamente não será aquela que cabe a atores como sindicatos ou partidos políticos ou como fazem as ONGs. A República apresenta outro perfil organizativo com uma inserção específica na tessitura social e articulações particulares com o arcabouço político-institucional. Como movimento social, ela aborda as questões de liberdade, de projeto de vida, de luta pelo respeito aos direitos fundamentais que não podem ser reduzidos a ganhos materiais e políticos, por isso ela se insere neste contexto à medida que suas reivindicações e lutas são pela defesa dos direitos das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social:

“começamos a ter relações estreitas com outros movimentos da sociedade civil de uma forma não muito tênue por que também os outros movimentos não olhavam com muito interesse o trabalho com as crianças e isso veio ocorrer mais tarde no final da década de 70

quando começamos estabelecer relações mais próximas com o movimento negro, com outros movimentos e procuramos contribuir com todo o movimento que se iniciava, colocando para os mesmos, que a criança é trabalhador, que criança que trabalha na rua é fruto de toda uma realidade social de exclusão e aí começaram a se estabelecer relações mais próximas” (Padre Bruno Secch / Fundador da RPV).

Hoje é conhecido que, ao longo dos séculos, os sistemas sociais e econômicos caracterizaram-se por forte concentração de renda e desigualdades sociais na maior parte das regiões do planeta, mesmo em países considerados potências econômicas. As promessas do capitalismo, de crescimento, pleno emprego, estabilidade financeira e salários reais em ascensão, obrigaram a uma busca por alternativas de inclusão sócio-econômica. A alternativa que mais impacto vem causando em várias partes do mundo é o investimento em iniciativas que, dentro do sistema capitalista, estimulem e dêem credibilidade a formas de organização econômica e de sociabilidade não capitalistas.

Este tem sido um dos papéis implícito na prática pedagógica da República do Pequeno Vendedor junto às crianças e os adolescentes que vivem em situação de risco, criar condições de sociabilidade para melhoria da vida das mesmas.

5.3 História, estrutura e organização no atendimento aos meninos de rua

Como já dissemos anteriormente, a República do Pequeno Vendedor, ao ser criada, na década de 1970, estava ligada à Congregação Salesiana, por sua vez, ligada à igreja católica e tendo como fundamento de seu trabalho os princípios educativos de Dom Bosco¹ padre fundador da congregação Salesiana (1859) em Turim na Itália. Por isso, o referencial conceitual do grupo que a criou foi os ensinamentos de Dom Bosco².

Os princípios e ensinamentos educativos de dom Bosco baseiam-se na escuta, na valorização do outro, na partilha e na possibilidade do desenvolvimento

¹ - Padre fundador da congregação Salesiana do Trabalho, nasceu em 1815 na Itália, Ordenado Sacerdote a 5 de junho de 1841 bairro de Turim, onde fundou o Oratório de São Francisco de Sales. Ao Oratório juntou uma escola profissional, depois um ginásio, um internato etc. Em 1855 deu o nome de Salesianos aos seus colaboradores. Em 1859 fundou com seus jovens salesianos a Sociedade ou Congregação Salesiana.

² - Dom Bosco – o fundador dos Salesianos – dedicara sua vida às crianças pobres de Turim (Itália), no Século XVIII. Fundara uma escola em forma de comunidade, enfatizando o desenvolvimento de cada individuo dentro da comunidade.

da criança impossibilitada de estar no seio da família, para que possa promover a construção de sua identidade e sua ascensão social e o conduza a elevação de sua auto-estima, formação cristã e construção de uma cultura baseada na aceitação dos menos favorecidos.

Dom Bosco foi sacerdote em Turim, ainda muito novo, aos vinte e seis anos. E a partir da sua ordenação passou a trabalhar com jovens pobres que estavam em busca de trabalho e com crianças órfãs abandonadas que estavam institucionalizadas expostas a muitos perigos³. Começou a reuni-las aos domingos na igreja e em praças públicas para fazê-las brincar e instruí-las no catecismo e na fé cristã, até que, cinco anos depois, após ter passado por grandes dificuldades, conseguiu estabelecer-se em um bairro periférico de Turim e fundar o oratório de Dom Bosco.

No oratório era oferecido a crianças e jovens alimento, moradia, estudo e o aprendizado de uma profissão. Durante toda sua vida, por causa da obra desenvolvida, Dom Bosco foi muito amado pelos seus “molequinhos” (como os chamava). A quem lhe perguntava o segredo de tanta ascendência, respondia: “Com a bondade e o amor, eu procuro ganhar estes meus amigos para o Senhor” (COSTA, 2000: 23).

Pelas crianças e jovens Dom Bosco sacrificou seu tempo, o pouco dinheiro que havia economizado, o engenho que havia recebido de um benemérito e até sua saúde, já que viveu e morreu em função dos “pobrezinhos”. Foi com a finalidade de atendê-los melhor que fundou a Congregação Salesiana.

Além de atender meninos, Dom Bosco se dedicou também às meninas, fundando, com Santa Maria Domingas Mazzarello, a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora. Segundo Costa (2000), os Salesianos e as Filhas de Maria Auxiliadora multiplicaram-se pelo mundo todo a serviço dos jovens, dos pobres e dos que sofrem, com escolas de todos os tipos e graus, institutos técnicos e profissionais, hospitais, dispensários, oratórios e paróquias.

A presença dos educadores da República na vida das crianças de rua, tem haver com a forma como Dom Bosco acompanhava os jovens que atendia, vejamos o diz um dos nossos entrevistados;

³ - Entre os jovens assistidos por Dom Bosco, citamos o caso do jovem Sávio, abandonado pela família nas ruas de Turim, que mais tarde torna-se o conhecido São Domingos Sávio.

“na rua colocávamos tudo quanto era tipo de jogo e brinquedos, sempre inspirado na figura de Dom Bosco, por que ficava no meio das crianças, no meio dos meninos e dos jogos. Por que Dom Bosco foi o fundador da Escola Salesiana, então esse trabalho era inspirado em Dom Bosco, por isso se começou a fazer aquilo que se considerava periferia da Sacramento e Pedreira” (Georgina Negrão Kalif/ ex- coordenadora/ fundadora).

Diariamente, Dom Bosco, saía pelas ruas de Turim conversando e ensinando aos jovens que encontrava. É por isso que a qualidade das relações construídas entre os educadores da República do Pequeno Vendedor e as crianças de rua, são vistas como o alicerce do processo educativo. Há também um elemento de co-responsabilidade, segundo o qual as crianças mais velhas apóiam ativamente o processo, ajudando no atendimento das crianças menores e participando das decisões do movimento.

5.4 Descobrimo as crianças na rua

O trabalho da República começou nas ruas. Ao investigar o centro da cidade de Belém, o grupo que criou a República do Pequeno Vendedor encontrou mendigos dormindo e vivendo nas ruas e começou a fazer rondas mais regulares à noite. Desta maneira, descobriu também crianças nas ruas. Não eram crianças de rua, no sentido de terem abandonado suas famílias ou terem sido abandonados por elas, já que a população tendia a considerar as crianças de ruas como pivetes e ladrões, mas eram crianças trabalhadoras, que ajudavam a manter suas famílias, foi por isso que;

“(...) surgiu, assim, a necessidade de sair do bairro, de ter um olhar maior, foi quando se começou a sair para o centro da cidade, para verificar outra forma de atuação no centro da cidade, já na cidade. Aí, tivemos contato com mendigos, com pessoas que viviam na rua, moradores de rua adultos e tudo mais. Mas houve uma especial chamada para os meninos trabalhadores, que até então agente não sabia por que no bairro efetivamente não existiam”(Graça Trapasso - (fundadora / atual coordenadora).

Após varias visitas, o grupo identificou um ponto de concentração de crianças trabalhadoras, em torno da área do mercado de produtos agrícolas, hortaliças e peixes frescos, no ver-o-peso, perto do movimentado ancoradouro de

barcos pesqueiros e do centro comercial da cidade. O grupo decidiu focalizar sua atenção nessas crianças, por que elas tinham a vida toda pela frente e, no entendimento do grupo, se poderia fazer mais por elas;

“foi a partir desse conhecimento de verificar que existiam meninos que estavam o dia inteiro na rua trabalhando, vendendo chopp, vendendo picolé, vendendo jornal e que esses meninos sofriam uma grande violência, que começou o trabalho da República”(José Carlos da Silva Cruz (educador/funcionário desde de 1971).

Os jovens educadores do grupo aprenderam um pouco sobre as crianças que viviam na rua, através das próprias crianças que conheceram nas ruas e com as crianças que freqüentavam a Escola Salesiana do Trabalho que, no período, já mantinha um convênio com o Estado para atendimento de crianças pobres do bairro da Sacramento. Para o grupo, estava claro que a rua não era lugar para criança, mas não havia alternativas prontas, para evitar que elas não estivessem ali. Além do mais, como trabalhadores essas crianças estavam contribuindo para a sobrevivência de suas famílias. Tirá-las da rua não era uma opção imediata. Distribuir alguma coisa para assisti-las não seria sustentável e também poderia enfraquecer a sua independência, criando falsas expectativas de que alguém sempre estaria pronto para resolver seus problemas. Isto tampouco ajudaria a enfrentar as causas latentes que as levaram para as ruas. Diante da situação, o grupo resolveu abandonar qualquer iniciativa de caridade e, em lugar disto, partir para a criação de uma verdadeira amizade com as crianças, com o intento de descobrir novas maneiras de ajudá-las, assim;

“os educadores iam para rua, lá aonde o menino vendia, lá onde o menino estava. Lá começava a fazer o contato inicial com os meninos e convidava o menino para ir para o espaço do restaurante, para almoçar, para brincar um pouco, antes de voltar para o segundo turno de trabalho. ”(Graça Trapasso - (fundadora / atual coordenadora).

Havia outra idéia fundamental, de que, ao fazer uma aliança com os meninos, para os quais a sociedade dera as costas, os membros do grupo de jovens estariam estabelecendo uma relação social com os que eram rejeitados pela sociedade.

Nessa época, as crianças que trabalhavam no ver-o-peso tinham dificuldades em conseguir comida. O grupo enviou dois de seus membros para conhecer uma cozinha onde se distribuía sopa para crianças trabalhadoras em Recife, no Nordeste do Brasil;

“isso foi em 69, quando nos deparamos com meninos que trabalhavam na feira do ver-o-peso e houve um momento em que nós tivemos que fazer uma escolha aonde nós vamos centrar o nosso trabalho, tivemos notícias de uma experiência que tinha em Recife com meninos trabalhadores, foi ai que um grupo nosso, uma equipe nossa, foi até lá conhecer a experiência em Recife e veio empolgada dizendo que deveríamos desenvolver um trabalho com meninos trabalhadores de rua” (Padre Bruno Secch / Fundador da RPV).

Conhecendo esta experiência, o grupo tomou a decisão de abrir um espaço para acolher pequenos vendedores, numa área perto do mercado de ferro do Ver-o-peso. Naquele tempo, a idéia atraiu consideravelmente a atenção da mídia que passou a divulgar o trabalho, ai;

“se pensou em abrir o restaurante bem perto de onde eles estavam trabalhando, usamos as dependências dos acebispado onde tinha sido o antigo seminário dos padres, na ladeira do castelo, já que o espaço estava desocupado, tudo em ruínas. O padre Bruno foi conversar com o Dom Alberto, que era o arcebispo, para pedir a área, que foi cedida para poder fazer o ponto de encontro com os meninos”(Georgina Negrão Kalif/ ex- coordenadora/ fundadora);

“e assim que criou o Restaurante do Pequeno Vendedor. Não surgiu como República mais sim, como restaurante do pequeno vendedor. Por que a idéia era exatamente essa, perceber qual era a necessidade imediata daqueles meninos. E vimos que era o almoço, por que eles ficavam comendo “besteira” nas ruas, então passamos a convidá-los para que eles fossem almoçar com a gente, dissemos que tinha um lugar onde eles poderiam almoçar e brincar depois que terminassem de vender o saco, sacola”(José Carlos da Silva Cruz - educador/funcionário desde de 1971).

Um depósito de sal abandonado - bem perto da área do mercado – foi cedido por intermédio do Bispo de Belém à época. O grupo o limpou, fazendo alguns concertos e convertendo-o num restaurante. Uma fundação existente na cidade, ligada aos salesianos, doou o equipamento necessário e, em seguida, contratou uma cozinheira. O restaurante foi oficialmente aberto em 12 de outubro de 1971;

“E o padre Bruno começou a articular com a arquidiocese e conseguiu uma área, uma casa que estava abandonada pela arquidiocese, foram os jovens quem reformaram essa casa, os jovens pintaram, lavaram, limpavam, ajustaram o telhado, com apoio, as vezes, de algum adulto que se prontificaram ajudar, mas basicamente eram os jovens que faziam tudo, para gente ter um espaço para levar os meninos no horário do almoço. Os jovens voluntários faziam tudo: limpeza e serviço em geral ”(Graça Trapasso - (fundadora / atual coordenadora);

“havia discussão mais ampla de cidadania que ficava mais a cargo do padre Bruno. Isso acontecia no Forte do Castelo na casa que foi cedida pela arquidiocese, foi lá que surgiu o restaurante do Pequeno Vendedor. Foi o restaurante que deu origem a República do Pequeno Vendedor” (Marisa do Socorro Ribeiro Pinheiro / Ex - Assistente Social da RPV);

“no primeiro dia da inauguração foram 20 meninos que chegaram e qual era o jeito de estabelecer a confiança, era almoçar junto com eles a mesma comida, aí eles perceberam que não tinha veneno, aquilo não era armadilha para prender, levar para FIBESP”(Georgina Negrão Kalif/ ex- coordenadora/ fundadora).

Padre Bruno lançou uma campanha na igreja e na comunidade de Belém para obter alimentos. Com esta iniciativa, baseada no trabalho de rua e provavelmente a primeira deste tipo no Brasil, os jovens do grupo iam diariamente para as ruas, contatar as crianças de rua e convidá-las para almoçarem no restaurante.

O grupo, assim como Padre Bruno, decidiu que deveriam sentar-se sempre junto aos meninos, comendo com eles enquanto houvesse comida suficiente e ficando sem almoço quando a comida fosse pouca. Um dos princípios assumidos por todos que faziam parte do grupo era prioritariamente alimentar as crianças, já que as mesmas trabalhavam o dia todo e não tinham onde se alimentar;

“um outra discussão foi se a comida deveria ser cobrada já tinha financiamento. então se decidiu que não poderia ser dada até por que na realidade você ganha nada dado, seria um preço simbólico de 20 centavos mas para eles valorizarem e também aprenderem essa relação de conseguir as coisas através de seu suor e dá valorização em seu trabalho, então eles chegavam, almoçavam e brincavam, o restaurante funcionava de 11:30h as 14h por que os voluntários todos eram pessoas que estudavam ou que trabalhavam no comércio, então o que acontecia era que só tinha gente disponível para trabalhar nesse horário”(Georgina Negrão Kalif/ ex-coordenadora/ fundadora).

Um princípio fundamental, defendido pelo movimento, era a construção de uma nova pedagogia, baseada em princípios de Paulo Freire, por isso, o grupo de jovens educadores, mergulhou na nova experiência com muita determinação;

“Começávamos também a discutir um pouco mais a educação, fazendo a ligação com Marx e Paulo. Então, foi assim que foi surgindo e esse grupo foi criando alternativas de intervenção na comunidade, uma delas foi formar uma escola de jovens e adultos à noite para atender adultos baseada do Paulo Freire” ”(Graça Trapasso - (fundadora / atual coordenadora);

“o padre Bruno tinha conseguido um terreno na área do Benguí, e para lá agente ia fazer essa experiência tipo um “quibtz israelense”, onde se morava, então era um projeto integrado de educação popular, então precisava de alguém para iniciar a escola, então essa minha aluna me convida para eu participar de uma reunião na república do pequeno vendedor, e eu fui, e nessa reunião eu coloquei a metodologia de trabalho que existia, que era a pedagogia que eu estava trabalhando, que era tanto a pedagogia “montessoriana” quanto a pedagogia de Paulo Freire” (Ana Maria Orlandina Tancredi de Carvalho (Sócio colaboradora desde 1980).

A primeira barreira a ser vencida era a desconfiança dos meninos, mais acostumados à indiferença, à suspeita ou à agressão dos adultos, do que qualquer consideração. A primeira experiência dos educadores voluntários com meninos empobrecidos foi no oratório que acontecia aos domingos na escola Salesiana do trabalho;

“eu fiz parte do grupo de jovens que antecedeu a criação da república, começou com o oratório festivo na escola salesiana do trabalho quando o padre Bruno começou a reunir através de encontro de jovens todos os jovens que frequentavam a missa, aos domingos, teve convite para fazer esse encontro e foi uma série de encontros”(Georgina Negrão Kalif (ex- coordenadora/ fundadora);

“então começou com esses encontros, no domingo o oratório se estendia o dia todo, de manhã e de tarde e esses jovens ficavam fazendo o trabalho de catequese com as crianças do bairro, então primeiro se formava os jovens e depois no oratório ‘agente fazia a catequese das crianças, todo mundo fazia as turmas de catequese, primeira comunhão, formação” (Georgina Negrão Kalif ex- coordenadora/ fundadora).

Se, por um lado, os jovens educadores ganharam alguma experiência trabalhando com as crianças no oratório – o evento de domingo dos Salesianos – por outro lado, não tinham recebido nenhuma formação para trabalhar com crianças de rua, e nem havia livros explicando o que fazer e como fazer em seu trabalho com os meninos;

“Éramos todos jovens, que tínhamos mais escolaridade, muitos estavam fazendo último ano do segundo grau, estavam se preparando para entrar na universidade, entre nós, organizamos e mobilizamos pessoas para serem professores de português, de matemática, de alfabetização, de história, de geografia, para trazer as pessoas para aprenderem, para estudarem que a escola era muito distante. Ai entramos na universidade para fazer cursos da área social” (Graça Trapasso - (fundadora / atual coordenadora).

Mas, o ensino dessas disciplinas não incluía em sua estrutura o conceito de direitos humanos e nem como trabalhar com meninos de rua. Até então, as experiências de trabalho com essa clientela estavam tão atadas às práticas governamentais e o processo social de confinamento e institucionalização era tão pouco crítico do contexto social e desconectado da mudança social, que pouco adiantava, já que estava baseado na política de segurança nacional e ligada a Política Nacional de Bem - Estar do Menor (PNBM).

Os educadores da República do Pequeno Vendedor, então, foram inovadores, criaram uma prática social em um terreno que, até o momento, não havia sido experienciado, a saber, a prática social de rua. O progresso nessa nova prática não foi linear, inclui numerosos desvios, círculos viciosos, repetições, perdas e reencontro do caminho. Havia desequilíbrios a serem corrigidos. Num certo ponto, eles pensaram idealisticamente que tudo que os meninos quisessem estaria certo. Através de tentativas e erros, práticas e avaliações, eles aprenderam a negociar uma relação mais envolvida e respeitosa com os meninos, assim;

“criou-se toda uma metodologia que eu acho que é reconhecida hoje: trabalho de convivência, socialização através da arte-educação, do esporte, favorece uma convivência mais saudável em espaços que agente procura cada vez mais que seja mais adequado dentro das nossas limitações financeiras mas procura cada vez ser mais coerente, mais adequado pedagogicamente falando” (Maria dos Reis- educadora/coordenadora pedagógica, entrou na RPV em 1984).

Os jovens do grupo também eram auxiliados pelos próprios meninos, cuja maioria recebeu bem a relação oferecida e a convivência no restaurante. À medida que se aprofundavam mais na realidade dos meninos, os jovens educadores sociais perceberam que a violência que eles demonstravam havia sido imposta a eles ao longo de suas vidas e, portanto, poderia dar lugar a uma experiência diferente, assim como, algumas das reações dos meninos de rua também podiam ser mudadas. Esse não era um processo meramente teórico, havia uma base real para se amar e respeitar os meninos, pois segundo Amaral (1997), o desprezo do poder público que não oferecia aos meninos as condições necessárias para não estarem na rua e dos próprios perigos da rua, fazia com que os jovens educadores da República trabalhassem voluntariamente e fielmente pelo compromisso social que tinham com a causa dos meninos de rua e até com um senso de missão para ajudar as crianças sobreviverem no espaço violento do rua.

Com o tempo e em níveis diferentes, os voluntários começam a perceber que os motivos que levavam as crianças à rua tinham causas maiores. Perceberam que, à medida que as questões econômicas se agravavam, o número de crianças na rua aumentava, perceberam também que não bastava agirem com benevolência em relação aos meninos, mais discutir com eles sobre as causas que faziam com eles estivesse ali, assim como, sobre seus verdadeiros papéis na sociedade. O tempo passou e os educadores sociais ganharam mais experiência com o trabalho e respeito da parte dos meninos. A nova experiência começava a dar certo.

Através do relacionamento com os meninos, os jovens voluntários compreenderam mais claramente que a pobreza não era um acidente, mas um produto social engendrado pela negação sistemática de oportunidades e recursos a uma subclasse. Cada um poderia escolher: ignorar este processo de exclusão, ou trabalhar para mudá-lo, ou experimentar as oportunidades que esta situação oferecia para seu próprio desenvolvimento. Porém, não se poderia abandonar as pessoas à pobreza, sem abandonar alguma coisa de nossa própria humanidade, compreendiam os jovens voluntários. A marginalização não era apenas algo imposto às pessoas condenadas a viver na pobreza, era algo que também acontecia dentro delas e dentro das pessoas cujas escolhas provocavam a exclusão das outras.

5.5 Estrutura e organização no atendimento aos meninos de rua

A República de Emaús expandiu seu atendimento à crianças e adolescentes de rua a partir da década de 1980, criando frentes de trabalho ou expressões como é denominada pelo seu estatuto; República do Pequeno Vendedor, Campanha de Emaús, Cidade de Emaús e o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), conforme demonstra o gráfico abaixo.

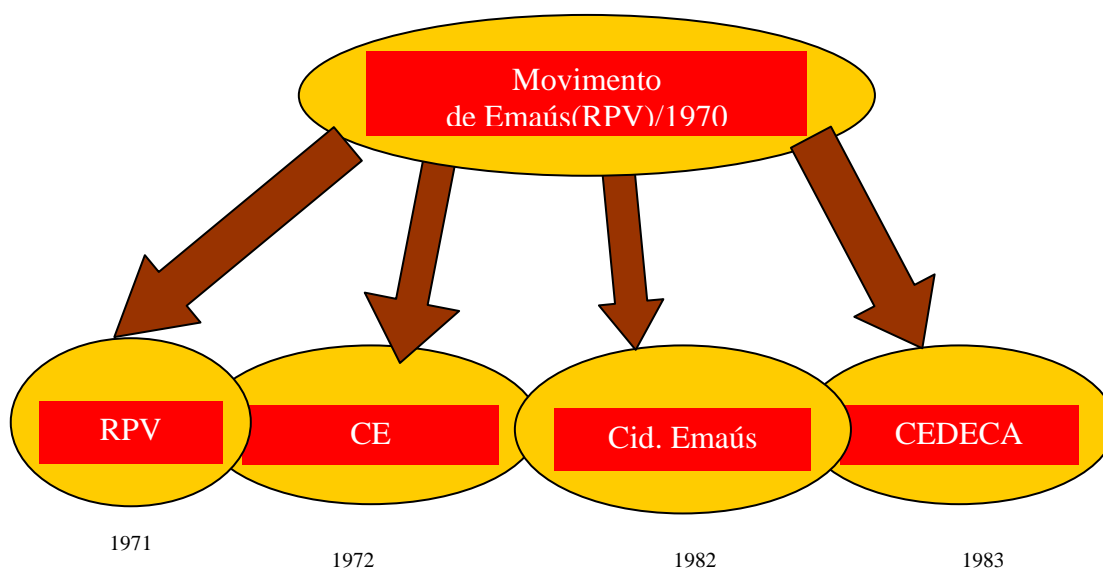


Grafico 01 - CEDECA

A República do Pequeno Vendedor (RPV) tornou-se, assim, a expressão do movimento para educar na rua e a partir da rua, a Cidade de Emaús, movimento qualificado para atuar na educação formal, ambas responsabilizando-se pela inserção dos jovens no mundo do trabalho. O centro de defesa da criança e do adolescente (CEDECA) tornou-se a expressão qualificada para a proteção aos direitos das Crianças e Adolescentes e a Campanha de Emaús tornou-se a expressão do movimento qualificada na ação multiplicadora da proposta pedagógica do movimento.

Neste sentido, cada frente de trabalho do movimento República do Pequeno Vendedor, desenvolve uma ação específica voltada para o atendimento das crianças e dos adolescentes em situação de risco.

1- A República do Pequeno Vendedor - RPV – embrião do movimento, atualmente atende não apenas aos meninos trabalhadores de rua, mas também crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Entre as atividades desenvolvidas estão oficinas profissionalizantes, educação de rua, inserção no mercado formal de trabalho e atividades de cultura, esporte e lazer.

Das quatro frentes de trabalho que foram criadas, a República do Pequeno Vendedor é o projeto mais ligado a sua missão original: serviços diretos para meninos de rua. O trabalho da República do Pequeno Vendedor começa na rua e nas praças. A abordagem se realiza através de jogos interativos e pedagógicos e um tratamento mais humano, assim como, passeios e atividades educativas no campo não-formal., feita por educadores de rua em horários diferentes, possibilitando a construção de laços afetivos que melhorem as possibilidades de conquista e confiança dos meninos à pessoa do educador.

Os educadores de rua, por sua vez, ao encontrarem os meninos de rua, os encaminham para um dos projetos desenvolvidos pela República do Pequeno Vendedor, que servem de retaguarda, formando uma rede de sustentação do trabalho do movimento.

Na República desenvolvem-se três grandes programas para atender as diferentes necessidades das crianças e adolescentes, conforme destacamos a seguir.

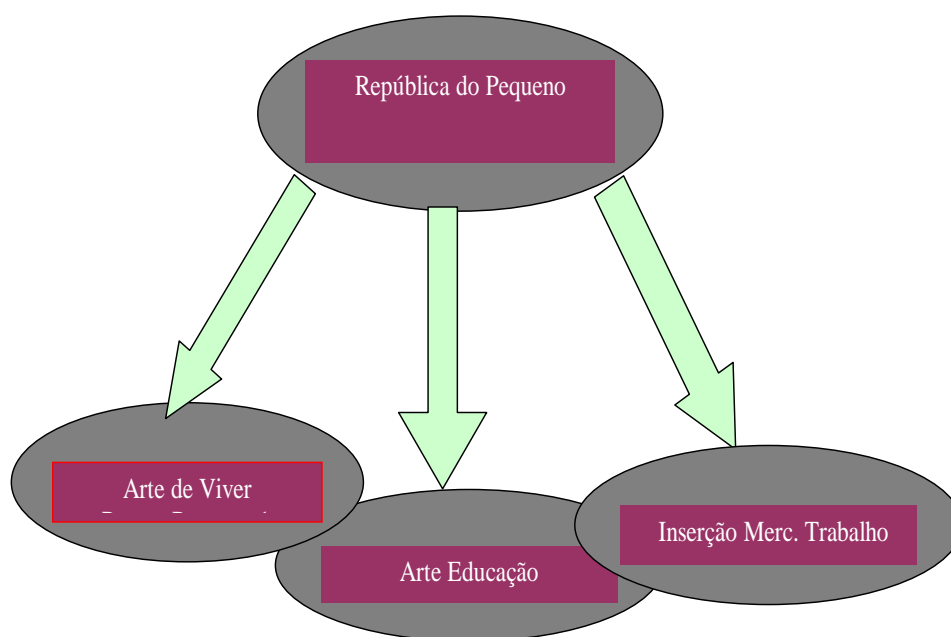


Gráfico 02

1.1 - **Arte de Viver:** que trabalha com meninas e adolescentes vítimas de exploração sexual ou que estão em alto risco de prostituição. Há oficinas de artesanato, beleza e auto-estima;

1.2 - **Arte-Educação:** é o trabalho de rua desenvolvido pelo educador a partir da arte;

1.3 - **Centro de Produção e Trabalho:** processo de profissionalização, capacitação e inserção no mercado de trabalho e produção.

Os projetos de profissionalização, capacitação e inserção do jovem no mercado de trabalho são as principais atividades da República, pois assim, os educadores que trabalham na rua têm para onde encaminhar os meninos e meninas marginalizados que encontram na rua, o que serve de apoio para o trabalho que desenvolvem na rua.

2- Campanha de Emaús - criada em 1972, trabalha com sensibilização e mobilização social. Envolve cerca de 2.000 voluntários que, todos os anos, no segundo semestre, saem às ruas arrecadando materiais usados. Parte desse material é recuperado nas oficinas pelos próprios adolescentes, e depois vendido à população carente a preços populares. A Campanha de Emaús tornou-se a expressão do movimento qualificada na ação multiplicadora da proposta pedagógica do movimento.

3 - Cidade de Emaús - Criada em 1982, a Escola Cidade de Emaús originou-se de uma articulação entre a comunidade organizada do bairro do Benguí e o Movimento República de Emaús, no propósito de minimizar o processo de exclusão escolar e de desafiar as condições adversas que enfrentam as crianças trabalhadoras com relação ao processo de escolarização.

A Escola Cidade de Emaús encontra-se localizada na periferia urbana de Belém, mais precisamente no bairro do Benguí, aglomerado urbano onde habitam cerca de 150 mil pessoas, na sua maioria posseiros, trabalhadores, cidadãos, em sua maior parte desassistidos pelo poder público e expropriados das condições de vida necessárias para construção de sua cidadania.

A escola é terceira frente de trabalho do Movimento de Emaús e apresenta grande relevância em nível local pelas atividades de defesa – organização – educação efetivada com crianças trabalhadoras e empobrecidas da cidade de Belém, sendo, portanto uma escola particular que funciona como uma Escola-produção. Logo no início de seu surgimento, as atividades desenvolvidas pela escola foram à criação de aves e porcos, cultivo de horta, fitoterapia, fábrica de ração e farmácia comunitária, além da educação formal;

“e dentro da cidade de Emaus tinha a escola de Emaús, a produção de aves e porcos, a horta só de plantas medicinais, a parte de medicina alternativa isso tudo no bairro Bengui” (Ana Maria Orlandina Tancredi de Carvalho / Sócio colaboradora desde 1980).

A escola funciona em regime de convênio com a secretária de Estado de Educação e possui autonomia didático-administrativa, face aos princípios constitutivos de seu estatuto;

O primeiro convênio que nós tivemos com o Estado foi quando surge a cidade de Emaus Nos discutimos o método que iríamos trabalhar: um pouco do sistema preventivo de Dom Bosco, o método Montessoriano e o método Paulo Freire. Foi uma mistura de métodos muito bem pensada. Ai nós buscamos a Secretária de educação do Estado para estabelecer esse apoio, foi o primeiro convenio que nós tivemos com o poder público, isso em 81/82” (Padre Bruno Secch / Fundador da RPV).

4 - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA: Criado em 1983 para garantir e defender direitos de crianças e adolescentes, propõe o exercício efetivo do Estatuto da Criança e Adolescente e a implantação dos Conselhos Tutelares no Estado. O Centro atua na área jurídica e social e conta com biblioteca que possui o maior banco de dados do Brasil sobre a situação da infância e adolescência na Região Norte. Desenvolve serviços voltados para a promoção dos direitos das crianças e adolescentes, além de manter a Agência de Notícias Emaús, criada para inserir informações na imprensa nacional sobre a realidade da criança e do adolescente da Amazônia.

Cada expressão do Movimento de Emaús recorre à intervenção das outras sempre que, na sua ação específica, torna-se necessária à ação qualificada das demais e conta com um instrumento permanente de formação e aperfeiçoamento – O Núcleo de Formação -, que atua na formação político-pedagógica de todos os

agentes envolvidos nas várias expressões, com o intuito de adequar, cada vez mais, suas ações às novas exigências e desafios vivenciados pelas crianças e adolescentes, desafios esses que podem ter causas muito variadas. Elas podem se expressar desde o fato da criança passar muito tempo fora de casa até o de não haver mais espaços apropriados que oportunizem a convivência e a prática de esportes ao ar livre, como por exemplo, nas ruas e nos quintais, que antes se constituíam lugares de expressão coletiva dos jogos e hoje estão sempre ocupadas pelo trânsito de veículos e de pessoas anônimas e indiferentes, ou por casas e prédios sem espaço para que as crianças e os adolescentes possam extravasar seu potencial de forma saudável, longe de situações de exploração e degradação humana.

A restrição do acesso aos espaços descritos também tem influenciado para que crianças e adolescentes enveredem pelos caminhos da delinquência. Na verdade, essa situação se agrava ainda mais quando se trata daqueles economicamente mais desprovidos de condições financeiras, e que os impedem do acesso ao entretenimento e lazer, influenciando também no processo educacional promovido pelos projetos sócio-educativos, pois é mais fácil ceder aos apelos da mídia do que às tentativas de persuasão dos educadores.

Nessa análise é possível perceber que os adolescentes tornam-se alvo do grande apelo cultural, nem sempre explícito, dos meios de comunicação de massa e de agentes formadores de opiniões e comportamentos, em convencer crianças e adolescentes de que, para não estarem excluídos e marginalizados, é preciso que se tornem rapidamente adultos esbeltos, ricos, famosos, na moda e plenamente sexualizados. Para as crianças e adolescentes em situação de exclusão, esses apelos, aliados ao fato de seus familiares estarem diuturnamente ocupados com suas próprias vidas, sem poderem se dedicar com a formação dos menores de idade, tem possibilitado que esse grupo social se envolva cada vez mais precocemente com a marginalidade.

Por essa razão, as estratégias pedagógicas, a relação estabelecida entre educando e educador e a infra-estrutura dos projetos têm que ser, cada vez mais, atrativas para as crianças e os adolescentes no sentido que eles se sintam convencidos de que existem outras possibilidades, que não precisam fugir às convenções legais e sociais e nem tampouco precise de todo o aparato que a mídia divulga como essencial para se viver bem. Desse modo, a mediação educativa

desenvolvida nos projetos pode incluir, em seu programa de atividades, momentos que proporcionem ao adolescente infrator a possibilidade de problematizar, através de exemplos do cotidiano, a diferença entre inclusão e exclusão, pois, segundo Graciani (2005, p.195), essa dinâmica ajuda o grupo ou pessoa na “[...] construção de regras geradas e gestadas pelos próprios participantes e que, portanto, deverão ser assumidas conscientemente por todos.”

A meu ver, essa prática consegue superar o autoritarismo praticado no passado, já que contribui para a emancipação e engajamento dos adolescentes, além de possibilitar a eles, cada vez mais, a construção de um novo projeto de vida como sujeito de direito, que o faz se sentir mais seguro e responsável nas tomadas de decisão sobre sua vida e sobre o papel que deseja desempenhar na sociedade.

Tem-se a impressão de que, o compromisso e o investimento nas relações interpessoais entre educador e educando, na qual o primeiro incentiva positivamente o segundo a reconstruir sua identidade como cidadão são contribuições preciosas que justificam o mérito dado aos orientadores, educadores e técnicos que atuam em projetos sócio-educativos e que fazem a diferença na vida educacional dos protagonistas do processo que são as crianças e os adolescentes.

Enquanto estava sendo travada a luta pelos direitos legais, o esforço para modificar as atitudes oficiais e para estabelecer a cidadania da criança na realidade social das favelas e das ruas continuava em curso, embora com dificuldade cada vez maiores. A pobreza crescente gerava níveis cada vez mais altos de insegurança social e de violência. Aumentava a exploração de menores por quadrilhas de bandidos, que utilizavam como olheiros para conseguirem entrar em edifícios e para distribuírem drogas por toda a cidade. Em vários centros importantes, entre eles São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, o assassinato de crianças pelos esquadrões da morte, com total impunidade, atingiu proporções de aspectos crônicos.

A República, sendo uma das entidades pioneira no trabalho com crianças de rua no Brasil, parece ter conquistado importância, por denunciar os maus tratos e violências contra as crianças de rua. As denúncias ganharam contorno nacional e provocaram o poder público e entidades associativas, como ABRINQ, a começar uma campanha nacional em defesa dos direitos das crianças e

adolescentes, contra a violência e os maus tratos de crianças de rua. Um exemplo significativo foi à denúncia do trabalho de crianças das carvoarias e das olarias do interior na Amazônia.

Neste sentido, cada frente de trabalho do movimento República de Emaús desenvolve uma ação específica voltada para o atendimento das crianças e dos adolescentes, como veremos a seguir:

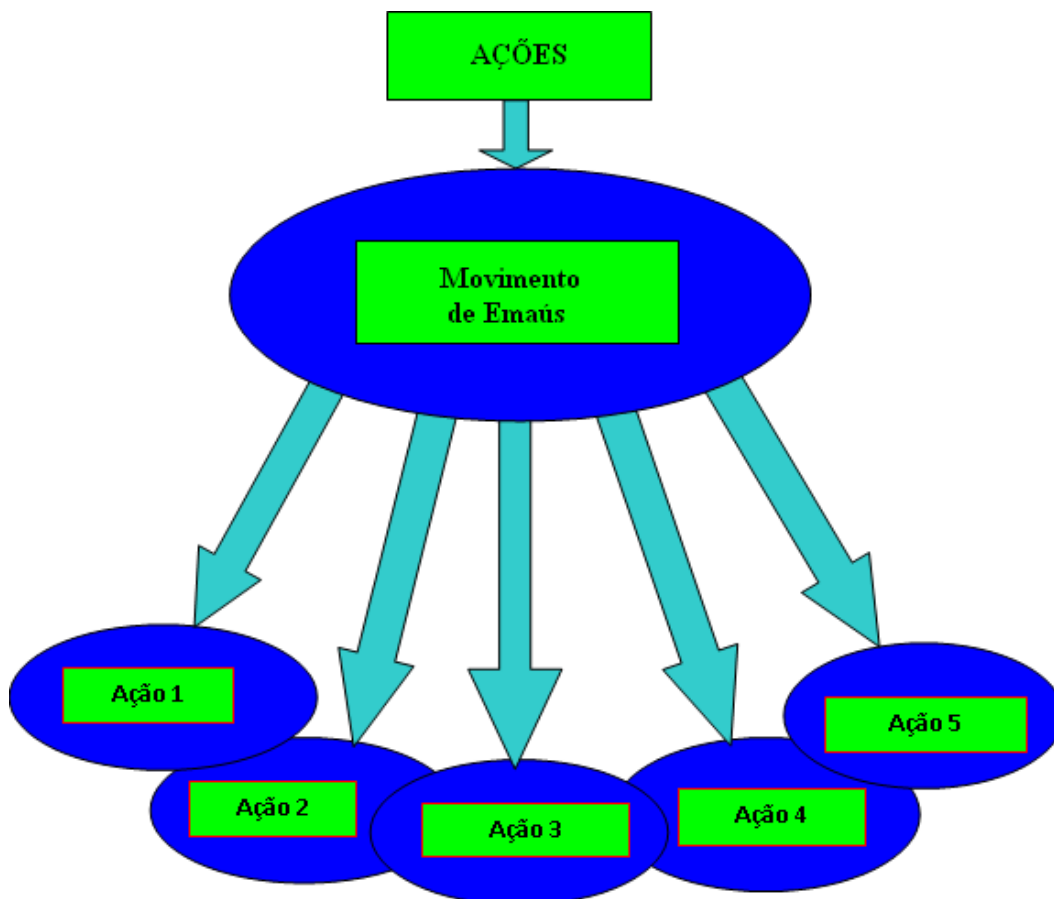


Gráfico 03 – Ações do Movimento

1 – Educar na rua a partir da rua: é a presença solidária dos educadores de rua para atendimento às crianças e adolescentes que vivem em situação de risco pessoal e social nas ruas da cidade;

2 – Inserção no mundo do trabalho: é a ação de profissionalização oferecendo um conjunto de possibilidades que vão desde a organização dos meninos em suas atividades desenvolvidas na rua, à descoberta e capacitação de novas possibilidades, tanto no mercado de trabalho, como nos diversos cursos ofertados aos meninos;

3 – Educação formal: esta ação é desenvolvida pela Escola Cidade de Emaús, com a finalidade de possibilitar a formação profissional e posterior inserção no mercado de trabalho, através de convênios com diversas empresas Belém, sejam elas estatais ou privadas;

4 – A defesa e a garantia dos direitos: É desenvolvida pelo Centro de Defesa das crianças e do adolescente, por causa do abuso de pais ou responsáveis, assim com, por ação ou omissão do próprio Estado;

5 – Famílias e Comunidades: Essa ação se propõe a assessorar e acompanhar as famílias e as comunidades subsidiando-as para trabalharem na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, tais como: centros comunitários, associação de moradores, paróquias, escolas, igrejas e clubes de mães. O objetivo dessa ação é estabelecer uma ação multiplicadora da proposta pedagógica do movimento junto à sociedade, particularmente nas comunidades e famílias das baixadas de Belém.

O atendimento aos meninos meninas de rua feito pela República do Pequeno Vendedor, acontece nos dois pólos : Jurunas e Bengui. Cada pólo tem estrutura e equipe própria para fazer os atendimentos. São 14 profissionais que trabalham diretamente como os meninos nos dois polos.

5.6

Estrutura Física da República para atendimento aos meninos rua

A equipe de trabalho da RPV é formada por: 6 artes educadores, 8 educadores de rua, 4 assistentes sociais, 2 psicólogos, 1 advogado, 4 pedagogos, mais os profissionais de apoio: cozinheiras, motoristas, agentes administrativos, secretários, coordenadores e vigias.

Complementa esta equipe os profissionais contratados para ministrarem os cursos e oficinas, tais como: instrutor de capoeira, de artes plásticas, de desenho, de estética, de produtos regionais, de movelaria, de encanação, de informática, de refrigeração, de estética, entre noutros.

Para manter-se financeiramente a República do Pequeno Vendedor, recebe apoio da PETROBRAS, INFRAERO, CAIXA ECONÔMICA, Organismos

internacionais e, principalmente, da venda de produtos doados anualmente pela população, através de uma campanha anual de arrecadação de objetos usados que são reformados pelos meninos nas diversas oficinas dos cursos profissionalizantes.

No pólo Jurunas, a República possui uma área grande para desenvolver o trabalho com os meninos, neste, além de cinco prédios construídos: auditório, oficinas, casa de apoio administrativo, barracão e um pequeno restaurante, existe área para futebol e para prática da capoeira, conforme podemos visualizar nas fotos abaixo:



Foto 10 - Fachada do pólo Jurunas / foto Marisa Pinheiro



Foto 11 - Auditório do pólo Jurunas / foto: Marisa Pinheiro



Foto 12 - Entrada do centro de formação do pólo Jurunas / foto:Marisa Pinheiro

No pólo Benguí, a República tem uma área que equivale a 20 campos de futebol e possui a maior estrutura de atendimento aos meninos. É nesta área que se concentra a maior parte das atividades desenvolvidas pela República e um maior número de prédios construídos: uma escola com 20 salas que atende aproximadamente 1500 alunos do bairro do Benguí, nos três turnos manhã, tarde e noite; quatro prédios administrativo; a casa onde mora o Pe. Bruno Sechh, um restaurante grande, dois imensos galpões, um igarapé, dois campos de futebol, quadra, e muita área verde.

As fotografias a seguir ilustram um pouco do que foi apontado neste capítulo:



Foto 13 - Galpão onde se guarda materiais doados pela população pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 14 - Prédios administrativos do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 15 - Refeitório do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 16 - Prédio das oficinas do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 17 - Prédios das oficinas do pólo Benguí / foto Marisa Pinheiro



Foto 18 - Campo de futebol, ao fundo prédios administrativos do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 19 - Galpão de armazenamento do do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 20 - Primeiro portão de entrada do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 21 - Área livre do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 22 - Frente do terreno do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 23 - Primeiro portão de entrada do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 24 - Campo de futebol do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 25 - Entrada do refeitório do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 26 - Área verde do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro